

Cabo Verde e as quatro décadas de independência: dissonâncias, múltiplos discursos, reverberações e lutas por imposições de sentido à sua história recente

Cape Verde and the four decades of independence: dissonances, multiple narratives, reverberations and struggles for imposition of meaning to their recent history

Cabo Verde y las cuatro décadas de la independencia: disonancias, multiplicidad de discursos, reverberaciones y luchas por la imposición de un sentido a su historia reciente

Cláudio Alves Furtado*

Resumo: Os quarenta anos da independência de Cabo Verde, assinalados a 5 de Julho de 2015, mereceram comemorações oficiais dissonantes, com alguma tensão entre o Governo e a Presidência da República. Esta tensão nada mais é do que a expressão, num momento preciso e com protagonistas especiais, de um processo sinuoso e tenso, vivido e interpretado de diversas formas, seja em função de contextos e conjunturas histórico-políticas em concreto, seja da presença dos atores particulares (institucionais ou não) produtores, reprodutores ou meros veiculadores das narrativas que buscam inscrever, na memória histórica nacional, os sentidos e os significados do ato (independência) e do processo (construção do Estado) que se seguiu. Se o presente texto busca, por um lado, fazer emergir os atores, as narrativas, as disputas e os silêncios que marcaram essas curtas e rápidas quatro décadas de independência, por outro, intenta descortinar as tensões, as vicissitudes e os recuos que têm marcado os olhares e os discursos sobre a independência e seus eventuais ganhos e, bem assim, as visões de mundo que sustentam tais olhares e discursos. Pretende-se sustentar que as contradições entre os projetos político-sociais presentes na sociedade cabo-verdiana entre Maio de 1974 e

*Professor de História da África, do Programa de Pós-Graduação em História, e do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). <cfurtado.unicv@gmail.com>

Junho de 1975, de forma recorrente e sinuosa, vão marcar toda a história recente de Cabo Verde, potenciadas, contextualmente, pelas injunções decorrentes de inserções diversas, *nuncées* e, até, contrastantes, no domínio da integração internacional do país.

Palavras-chave: Cabo Verde; independência; desenvolvimento; tensões; narrativas; silêncios

Abstract: The fortieth anniversary of Independence of Cape Verde, celebrated on July 5th 2015, earned dissonant official celebrations, with some tension between the government and the presidency of the Republic. This tension is nothing more than the expression, at a specific time and with special players, of a winding and tense process, which was seen, experienced and interpreted in different ways, either in terms of historical and political contexts and circumstances, or on the presence of private actors (institutional or otherwise) that produced and/or backed the narratives that seeks to inscribe at the national historical memory the senses and the meanings of the act (independence) and the process (state building) that followed it. This paper aims at seizing and visualizing the actors, the narratives, the disputes and the silences that marked these short and fast four decades of independence as well as its achievements and, also, at unveiling the tensions, the vicissitudes and the setbacks that have marked the visions and speeches on the independence and eventual gains, giving rise to the worldviews that support such views and speeches. It intends to sustain that the contradictions between the projects of society present in the Cape Verdean society between May 1974 and June 1975, following a recurrent and sinuous shape, will mark the entire recent history of Cape Verde, contextually enhanced by the injunctions arising from several insertions, *nuncées* and even contrasting, in the field of the country's international integration.

Keywords: Cape Verde; Independence; development; tensions; narratives; silences

Resumen: Los cuarenta años de la independencia de Cabo Verde, celebrados en 5 de julio de 2015, presentaron conmemoraciones oficiales disonantes, con alguna tensión entre el Gobierno y la Presidencia de la Republica. Esta tensión no es más que la expresión de un momento preciso y con protagonistas especiales de un proceso sinuoso y tenso, visto, vivido e interpretado de formas diversas, sea en función de contextos y coyunturas histórico-políticas concretas, sea de la presencia de actores particulares (institucionales o no) productores y/o promotores de las narrativas que buscan inscribir en la memoria histórica nacional los sentidos y los significados del acto (independencia); y del proceso (construcción del Estado) que le siguió. El presente texto busca, por un lado, aprender y visibilizar a los actores, las narrativas, las disputas y los silencios que marcaron estas cortas y rápidas cuatro décadas de independencia, así como sus conquistas y, de otro lado, descubrir las tensiones, las vicisitudes y los retrocesos que han marcado la visión y los discursos sobre la independencia y sus eventuales conquistas, haciendo emerger las visiones de mundo que sustentan tales visiones y discursos. Se pretende explicar que las contradicciones entre los proyectos de sociedad presentes en la sociedad caboverdiana entre mayo de 1974 y junio de 1975, de forma recurrente y sinuosa, van a marcar a toda la historia reciente de Cabo Verde, potenciada, contextualmente, por los interdictos derivados de diversas inserciones, *nuncées* y hasta contrastantes, en el dominio de la integración internacional del país.

Palabras clave: Cabo Verde; independència; desarrollo; tensiones; narraciones; silencios

Introdução: situando a reflexão

A independência de Cabo Verde a 5 de Julho de 1975 se erigiu na construção da memória do Estado e da sociedade cabo-verdianos como o marco zero na construção de um novo projeto de sociedade. Como todos os marcos históricos, o 5 de Julho, pela sua temporalidade específica, tende a obnubilar o processo que a ele conduziu, ou, quando muito, tende a narrá-lo, como afirma a escritora nigeriana Chimamanda Adichie, como se de uma história única se tratasse. Essa história única, porque contada por uma voz única e homogênea, a do vencedor e dominante, tende, para garantir a sua eficácia simbólica, a excluir as vozes dissonantes, as disputas e os confrontos havidos.

É precisamente o que ocorreu entre 1º de Maio de 1974 e 30 de Junho de 1975, um período intenso no processo que viria a definir os que seriam “os donos do poder” no Cabo Verde independente. Com efeito, este curto período, que medeia entre a Revolução dos Cravos em Portugal (a 25 de Abril de 1974), o seu impacto em Cabo Verde (1º de Maio de 1974) e o processo negocial com o novo governo português, visando à constituição de um governo provisório, à realização de eleições parlamentares e à declaração formal da independência, foi de intenso confronto entre várias agremiações políticas cabo-verdianas, algumas delas emergentes que, na luta política, propunham e pugnavam por projetos políticos e de sociedade diversos e antagônicos.

Se é verdade que um dos contendores, no final desse período, se revelou e se impôs como hegemônico, no caso o PAIGC/PAICV¹ (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde/ Partido Africano da Independência de Cabo Verde), as consequências das lutas atrás referenciadas, entrando em dormência, não se esvaíram. De forma recorrente, e é isto que sustenta a presente reflexão, os mesmos projetos políticos e de sociedade, verbalizados e liderados

¹ O Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) foi o partido político que, desde os finais dos anos cinquenta do século passado, se firmou como um partido bi-nacional (Guiné-Bissau e Cabo-Verde) e que conduziu a luta armada na Guiné Bissau contra a dominação colonial portuguesa. Em Novembro de 1980, um golpe de estado derrubou, na Guiné-Bissau, o Presidente da República, Luís Cabral, também Secretário Geral Adjunto do PAIGC. Nos desdobramentos do golpe de estado, o ramo cabo-verdiano do PAIGC decide, numa reunião do Conselho Nacional que se erige em Congresso, transformar-se em PAICV (Partido Africano da Independência de Cabo Verde), consumando-se, assim, a ruptura política com a Guiné-Bissau. O projeto de construção de um Estado bi-nacional conhece seu epílogo. Existe uma vasta bibliografia sobre a luta pela independência de Cabo Verde bem como sobre as primeiras décadas de independência. Algumas obras são de natureza académica e outras mais biográficas. Os textos mais significativos serão cotejados no decorrer da análise e uma indicação mais substantiva será apresentada nas referências bibliográficas.

por atores múltiplos, durante o período que imediatamente antecede a independência, reaparecem na luta política e no debate público no Cabo Verde independente, transcendendo o campo político para se transformar, amiúde, em objeto de reflexão acadêmica, de *opinion makers* e organizações da sociedade civil no país ou nas comunidades diaspóricas.

Assumindo a reverberação, em momentos recorrentes da história recente de Cabo Verde, das disputas políticas e ideológicas vividas entre 1974-1975, procuramos, no presente texto, fazer emergir os atores, as narrativas, as disputas e os silêncios que marcaram essas curtas e rápidas quatro décadas de independência, suas conquistas e desencantos, bem como descortinar as tensões, as vicissitudes e os recuos que têm marcado os olhares e os discursos sobre a independência, seus eventuais ganhos e ainda as visões de mundo que sustentam tais olhares e discursos.

Partimos da hipótese segundo a qual as visões de mundo e os projetos de sociedade que têm sustentado os embates políticos nas quatro décadas de independência, e que se expressam através das narrativas políticas, literárias, biográficas e, muitas vezes, (pseudo ou proto) acadêmicas, retomam, *mutatis mutandis* e grosso modo, o que ocorrera entre Abril/Maio de 1974 e Junho/Julho de 1975². Neste sentido, as quatro décadas da independência de Cabo Verde podem ser lidas não só a partir das ambivalências que têm marcado os vários discursos político-ideológicos, circunstancialmente hegemônicos, como também das múltiplas e, igualmente, mutantes narrativas da nação e da identidade nacional (FERNANDES, 2002, 2006; ANJOS, 1997, 2002, 2003; FURTADO, 2012). De uma forma sintética, quiçá redutora e até aparentemente paradoxal, os sucessos alcançados por Cabo Verde no período pós-independência, de que os principais indicadores econômicos e sociais constituiriam provas irrefutáveis, têm sido objeto não apenas de interpretações diversas, de disputas múltiplas como, ainda, têm servido de argumento para sustentar uma hipotética especificidade cabo-verdiana, visão recorrente nos discursos sobre Cabo Verde. No fundo, os indicadores econômicos e sociais são também mobilizados em contextos de disputas políticas e ideológicas bem específicas para sustentar e buscar impor uma dada visão de mundo e de sociedade. Parece-nos que os projetos políticos e de sociedade em disputa no dealbar da independência de Cabo Verde tendem a ser os mesmos que

² Os motivos que nos levam a não fixar uma temporalidade cronológica específica, mais objetivante, serão explicitados no decorrer do texto.

vão reaparecer, num primeiro momento, de forma cíclica, em contextos de crise e, num segundo, num quadro político-institucional estruturado e, por conseguinte, normalizado³.

Este texto propõe também lançar um olhar retrospectivo sobre os traços, fatos e feitos mais marcantes nos quarenta anos de independência, buscando, a um só tempo, explicitar e compreender os olhares e as narrativas sobre este percurso, numa luta incessante pela imposição de uma interpretação legítima dessa história e, por via disso, reverberar e impor memórias suscetíveis de reforçar as linhas de sustentação dos projetos políticos, ideológicos e de sociedade em disputa⁴.

Neste processo analítico e reflexivo, as dificuldades interpretativas são significativas e resultam da contemporaneidade dos fatos, da presença e da ainda forte atuação dos principais atores políticos e sociais, a que acresce, neste momento, e como já tangencialmente referenciado, uma desenfreada luta por imposição de memórias e de sentidos à história recente do país, dimensão que será objeto de uma tentativa aproximada de reflexão na última parte deste texto.

Num primeiro momento, procurar-se-á, de forma sinótica, situar e descrever os momentos mais significativos do período imediatamente anterior à independência de Cabo Verde, apontando as intensas disputas políticas que aconteceram nos doze meses que antecederam a declaração formal da independência. Este recorte é, para a nossa reflexão, de extrema importância, pois, consideramos que neste período se confrontam os principais atores da história política contemporânea de Cabo Verde e os mais importantes projetos de sociedade que, transmutados, tendem a reaparecer na cena política cabo-verdiana em momentos particulares e marcantes do Cabo Verde independente.

³ Os contextos de crise a que nos referimos são os conflitos que, em meados de 1977/78, opuseram, de forma intestina ao PAIGC em Cabo Verde, os “trotskistas” aos “combatentes”. Já o quadro político-institucional estruturado se reporta ao contexto do novo regime político multipartidário instalado em 1991, permitindo que, dentro de um quadro constitucional e legal, os projetos políticos e de sociedade disputem a adesão dos cabo-verdianos. Para uma análise do primeiro contexto, sugiro a leitura de José Vicente Lopes (2002). Para o segundo momento, proponho a leitura, de entre outros, de Daniel Costa (2001, 2003, 2009), Roselma Évora (2013, 2009, 2004) e Edalina Sanches (2008).

⁴ O texto apresenta limites óbvios e conscientemente assumidos. Com efeito, ao pretender discorrer sobre a história política de Cabo Verde nas últimas quatro décadas, numa ausência quase total de pesquisas historiográficas sobre este período, a reflexão se reveste essencialmente de um carácter exploratório, de levantamento de questões e hipóteses que exigirão um trabalho de maior aprofundamento e densidade. Importa, ainda, ter presente, que não se propõe uma análise na perspectiva da ciência política ou sociologia política, particularmente para o período pós-1991, já no contexto do sistema político multipartidário. Para este período e nestes domínios disciplinares, existem trabalhos relevantes e que são indicados no presente texto.

Num segundo momento, revisitaremos as últimas duas décadas e meia, não como uma mimese ou repetição da história, mas para explicitarmos que, na primeira década e meia da independência, a pluralidade e heterogeneidade da sociedade cabo-verdiana em gestação é coartada e, em alguma medida, silenciada; e que, de forma global e esquemática, os ganhos obtidos no pós-independência, nomeadamente nos domínios econômico e social, foram potenciadores da emergência de nichos de contestação do *status quo* que, sem menosprezar a geopolítica internacional dos finais dos anos oitenta do século XX, provocaram a mudança do sistema e do regime políticos no dealbar dos anos noventa.

Antes das reflexões finais, procuraremos descortinar como, nos últimos anos, tanto ao nível da produção académica quanto ao de produção de biografias e da literatura, se tem buscado pensar a história recente de Cabo Verde, impondo linhas de sentido à sua leitura e interpretação. Neste sentido, pretendemos escrutinar, de forma exploratória, como se tem buscado estudar e produzir a história de Cabo Verde, num processo, implícito ou explícito, latente ou manifesto de imposição de uma leitura de Cabo Verde. Neste quadro, os desafios se colocam, não tanto aos atores políticos que, legitimamente, buscam impor sentidos narrativos e interpretativos do passado mais alinhados com sua *Weltanschauung*, mas às ciências humanas e sociais emergentes ou, se se quiser, a um pensamento social cabo-verdiano em construção que, não raras vezes, se veem armadilhadas por essas disputas ideológicas das memórias históricas a que acresce uma forte dependência da *colonial library* (MUDIMBE, 1988, 1994), da “cultura eurófona” (APPIAH, 1997) e do paradoxo da “síndrome da descoberta e da abolição” (DEPELCHIN, 2005).

Situando a independência – Entre a autonomia, a independência e a adjacência e suas nuances: a densidade histórico-política entre 1974-1975

As colônias africanas de Portugal, eufemisticamente denominadas pela “metrópole” de “províncias ultramarinas”, foram as últimas das colônias em África a aceder à independência, depois de uma luta armada de libertação que teve início em meados dos anos sessenta em três palcos: Guiné-Bissau, Angola e Moçambique.

Contrariamente ao que se passou com Inglaterra e França, Portugal insistia, num cenário político internacional, completamente desfavorável, em manter os seus territórios, pugnando por um Portugal unitário, “de

Minho a Timor”. Contando, no plano militar, com o apoio da NATO (*North Atlantic Treaty Organization*), a política externa de António de Oliveira Salazar, seguida por Marcelo Caetano, conhecida por política do “orgulhosamente sós”⁵, mergulhou o país num progressivo e profundo isolamento. Como consequência, a luta armada para as independências se impunha como única alternativa. Uma vez desencadeadas as lutas de libertação, os partidos e movimentos de libertação das colônias portuguesas em África foram progressivamente galgando posições militares no terreno e infligindo importantes derrotas ao exército português. Na Guiné-Bissau, onde o PAIGC realizou, nos primeiros anos da década de 1970, a luta armada, a maior parte do território (excetuando os centros urbanos) caiu no domínio desse partido, ficando, por conseguinte, sob seu controlo.

Aos problemas nas “províncias ultramarinas” acrescem as contestações políticas internas ao regime político vigente, não obstante a severa vigilância e perseguição da polícia política, a PIDE (Polícia Internacional de Defesa do Estado).

⁵ A expressão 'orgulhosamente sós' foi cunhada por António de Oliveira Salazar, então Presidente do Conselho de Estado de Portugal, para justificar o isolamento do Portugal do Estado Novo face à comunidade internacional. Num discurso proferido na cerimônia de posse da Comissão Executiva da União Nacional em 18 de fevereiro de 1965, Salazar afirma a dado passo: “Sei que em espíritos fracos o inimigo instila um veneno subtil como afirmar que estes problemas não têm solução militar e só política e que todo o prolongamento da luta é ruinoso para a Fazenda e inútil para a Nação. Eu responderei que o terrorismo que somos obrigados a combater não é a explosão do sentimento de povos que, não fazendo parte de uma nação, conscientemente aspirem à independência, mas tão-só de elementos subversivos, estranhos na sua generalidade aos territórios, pagos por potências estrangeiras, para fins da sua própria política. Como elementos alheios à colectividade nacional estiolar-se-ão no momento de lhes ser recusado o território em que se organizam, e treinam, o apoio político recebido e os subsídios crus, armas e dinheiro. De modo que a tal solução política, se não prevê a desintegração nacional (que todos fingem repelir), não se encontra em nós próprios mas nos países vizinhos, aos quais, pelos meios ao nosso alcance, possamos ir fazendo compreender melhor os seus deveres de Estados responsáveis para conosco e para com uma pobre gente que estupidamente se faz sacrificar a interesses alheios. Mas neste entendimento a defesa militar é o único meio de chegar à solução política que no fundo é a ordem nos territórios e o progresso pacífico das populações, como o vínhamos prosseguindo. Vamos em quatro anos de lutas e ganhou-se alguma coisa com o dinheiro do povo, o sangue dos soldados, as lágrimas das mães? Pois atrevo-me a responder que sim. No plano internacional, começou por condenar-se sem remissão a posição portuguesa; passou depois a duvidar-se da validade das teses que se lhe opunham e acabaram muitos dos homens mais responsáveis por vir a reconhecer que Portugal se bate afinal não só para firmar um direito seu mas para defender princípios e interesses comuns a todo o Ocidente. No plano africano, quatro anos de sacrifícios deram, tempo a que se esclarecesse melhor o problema das províncias ultramarinas portuguesas, a diversidade das instituições criadas em séculos naquele Continente e os ganhos ou perdas, em todo o caso as dificuldades que a independência, tão ambicionada por poucos, trouxe a todos os mais e os dirigentes não sabem ainda como resolver. Assim, bastantes povos africanos nos parecem mais compreensivos das realidades e mais moderados de atitudes. Eis o ganho positivo desta batalha em que - os portugueses europeus e africanos combatemos sem espectáculo e sem alianças, orgulhosamente sós.” Ver: <<http://www.arqnet.pt/portal/discursos/fevereiro10.html>>.

As lutas de libertação nacional nas colônias e a oposição interna na metrópole, num contexto econômico e social precário, levaram à intervenção das Forças Armadas e à deposição do regime. Era 25 de abril de 1974 e a Revolução dos Cravos marca a última etapa dos processos de independência⁶.

Em Cabo Verde, o dia 25 de abril e os dias imediatamente subsequentes foram marcados pelo silêncio (COUTINHO, 2015; LOPES, 2002, p. 274; QUERIDO, 2011, p. 200). Nada foi noticiado pela rádio ou pela imprensa escrita, nenhuma movimentação pública foi registrada. Parece que mesmo os mais politizados, nomeadamente os membros e dirigentes da célula do PAIGC no arquipélago, teriam sido apanhados de surpresa e, em decorrência, ficado sem reação. O golpe de estado em Portugal não foi noticiado pelas rádios Sotavento e Barlavento e nem a imprensa escrita fez disso eco.

Contudo, não parece ser crível que ninguém tenha tido ciência do que ocorrera em Portugal, pois era hábito entre os nacionalistas e os mais politizados acompanhar o noticiário internacional, na época através das rádios internacionais que emitiam em ondas curtas. Com efeito, a ação desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas teve imediata repercussão internacional, sendo amplamente noticiada, seja pelas principais agências noticiosas internacionais seja pelas rádios e outras mídias. (VIEIRA; MONICO, 2014; WEIßMANN, 2014). Eventualmente, uma das razões explicativas do silêncio poderá residir, por um lado, no receio de uma eventual reação violenta da polícia política e demais forças da ordem instaladas em Cabo Verde e, por outro, na expectativa até que o golpe de estado se consolidasse como irreversível.

A verdade, contudo, é que apenas no dia 30 de abril de 1974 a movimentação popular começa a ter lugar para ganhar contornos de manifestação de massa no dia seguinte com a libertação dos presos políticos do Campo de Concentração do Tarrafal (LOPES, 2002, 2003; QUERIDO, 1989, 2011; MARTINS, 1995). A partir deste momento, movimentações sociais e políticas se sucedem, sem dúvida alguma, sob impulso da célula local do PAIGC e de ativistas políticos nacionalistas.

⁶ Para uma análise sobre o 25 de Abril e o processo de descolonização, ver a obra que foi recentemente publicada: ROSAS, Fernando e Outros (Orgs.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. Outras publicações também podem ser consultadas, nomeadamente: ROSAS, Fernando. *Lisboa Revolucionária. 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010; REZOLA, Maria Inácia. *25 de Abril - Mitos de uma revolução*. Lisboa: A esfera de Livros, 2007; MAXWELL, Kenneth. *As colônias portuguesas e a sua descolonização*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra, n. 15/16/17, mar. 1985. p. 529-547.

Na cidade da Praia, agitações sociais e políticas têm lugar, com confrontações aos agentes da PIDE e aos considerados como seus informadores. Em Mindelo, na Ilha de S. Vicente, um grupo toma de assalto a Rádio Barlavento. Jovens militares recrutados cabo-verdianos que estavam em processo de formação e treinamento no quartel de Morro Branco se recusaram a prestar juramento à bandeira portuguesa.

Do mesmo passo, diversos atores políticos cabo-verdianos começam a buscar espaços de posicionamento num terreno político extremamente movediço, uma vez que não estavam, ainda, definidas as regras que presidiriam o processo de transição para a independência.

Um embrião de um campo político plural ensaia emergir sem um quadro legal, político e institucional claro (FURTADO, 1998). Contudo, impunha-se aos que tinham pretensões políticas e de poder ter presente os custos e o sentido de oportunidade. Assim, rapidamente, as organizações políticas previamente existentes, como foi o caso do PAIGC que dispunha de uma célula clandestina a funcionar com algum grau de organicidade, buscavam instalar-se rapidamente. Outros tentavam erguer-se e disputar espaços e adesões junto dos cabo-verdianos e das autoridades portuguesas na busca de um melhor posicionamento nos processos negociais previstos. Desta forma, a UPICV (União para a Independência de Cabo Verde) e a UDC (União Democrática Cabo-Verdiana) tentam organizar-se. Para todas essas organizações, o desafio fundamental era construir uma base social de apoio relativamente sólida e tornar-se um interlocutor privilegiado das novas autoridades portuguesas engajadas no processo de descolonização.

Isto era tanto mais verdade quando um dos contendores, o PAIGC, dispunha já de um capital político relativamente consolidado pelo fato de ter conduzido na Guiné-Bissau, de forma extremamente eficaz, a luta armada de libertação e, por via disso, ter granjeado um reconhecimento internacional quase total, e por possuir em Cabo Verde, ainda que de forma embrionária, uma estrutura organizacional facilitadora de suas ações políticas.

Esta vantagem do PAIGC viria a ser, aliás, decisiva, conseguindo não só transformar-se, formalmente, no interlocutor das autoridades portuguesas de transição, como no negociador privilegiado dos acordos de independência com vantagens evidentes e garantidas na composição do governo de transição integrado também por representantes de Portugal.

No entanto, do ponto de vista da análise histórica, impõe-se sublinhar que os catorze meses que medeiam a Revolução de Abril

(25/4/1974) e a independência de Cabo Verde (5/7/1975) foram de intensa movimentação política, de disputas por hegemonia de projetos políticos e de sociedade e pela tentativa abortada de construção de um campo político não apenas autônomo como também plural. Certamente que os projetos de sociedade em disputa, num contexto nacional de forte crispação ideológica e, a nível internacional, o auge da vigência da guerra fria e do bipolarismo, trazem para os embates políticos cabo-verdianos os alinhamentos existentes ou em construção por parte dos partidos políticos cabo-verdianos com seus congêneres de outras latitudes.

Não cabendo, no escopo deste trabalho, uma análise exaustiva nem da forma como a queda do regime político português em Abril de 1974 foi recepcionada em Cabo Verde, nem das múltiplas maneiras de que se transvestiram as lutas políticas entre as três agremiações políticas em liça (PAIGC, UPICV e UDC), parece-nos, todavia, fundamental insistir no fato de que a intensidade do período em análise e sua relevância sócio-política, malgrado a sua pouca duração, demonstram a heterogeneidade política presente na sociedade cabo-verdiana, com visões díspares sobre o futuro das ilhas e a inserção das mesmas no contexto internacional.⁷ Com efeito, três projetos políticos associados, grosso modo, a três ideologias estão presentes. Se o PAIGC nitidamente se perfila no espectro ideológico do socialismo, embora não o explicita nos seus programas e discursos, e sustenta o projeto de construção, a prazo, de um Estado bi-nacional com a República da Guiné-Bissau, a UPICV, também situada à esquerda do espectro político e ideológico, se opunha tenaz e ferozmente ao projeto de unidade política com a Guiné-Bissau. A UDC, por sua vez, perfilhava uma ideologia do centro, centro-direita, tendo sido, ademais, conotada como sendo defensora ou de um Cabo Verde integrado a Portugal, da mesma forma que os arquipélagos dos Açores e da Madeira, ou de um processo de autonomização progressiva.

O contexto sócio-político do momento era claramente mais propício ao discurso de “independência imediata e total” e a uma aproximação aos partidos políticos e países considerados progressistas. Na verdade, a experiência de vivência da situação colonial e da construção do colonizado, de suas frustrações políticas, econômicas e identitárias (FANON, 2008; MEMMI, 2007), aliadas a uma intransigente recusa do regime colonial português no tocante ao acesso das suas colônias à

⁷ A pesquisadora cabo-verdiana Armindá Brito encontra-se, neste momento, a desenvolver uma tese de doutorado onde analisa precisamente a recepção, em Cabo Verde, da Revolução dos Cravos bem como a forma como este curto, mas denso período, é rememorado pelos seus principais partícipes, dando particular relevo às narrativas dos que ainda se encontram vivos.

independência, constituem alguns elementos situacionais importantes para se entender a fácil penetração do discurso político do PAIGC, particularmente entre os jovens e as populações rurais.

De igual modo, deve ter-se presente que a aproximação política e ideológica do PAIGC ao Partido Socialista Português e ao Partido Comunista Português constituía um capital político importante no processo negocial.

Neste processo, para além dos fatores já evocados anteriormente, que consagram o PAIGC como a maior força política, nomeadamente no plano internacional, há que ter em linha de conta que tanto o Movimento das Forças Armadas, que protagonizou a Revolução de Abril, quanto os partidos políticos que vão compor o novo governo português, especialmente o PS (Partido Socialista Português), apoiavam de forma explícita o PAIGC. E, a nível internacional, a OUA (Organização da Unidade Africana) e o Comité de Descolonização das Nações Unidas de há muito que vinham alimentando as pretensões políticas de PAIGC de ser considerado o representante legítimo dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

Neste contexto relativamente adverso, e não obstante de alguma resiliência, a UPICV e a UDC não se conseguem implantar e alicerçar uma sólida base social e política de apoio e nem se posicionam como interlocutores privilegiados junto das autoridades portuguesas. Assim, essas duas agremiações políticas se veem compelidas a deixar a cena política e seus dirigentes abandonam as ilhas. O primeiro grupo viria a reaparecer nos anos noventa do século passado e muitas das ideias do segundo, não se esvaindo em definitivo, acabam por reaparecer décadas mais tarde, reapropriadas por outros partidos políticos ou organizações da sociedade civil⁸.

Não é, pois, de estranhar que o Acordo de Argel (26/08/1974), celebrado entre o Governo Português e o PAIGC e que finaliza as negociações de Londres e Argel, estabelecesse no seu artigo 1º o reconhecimento *de jure* da independência da Guiné-Bissau, entretanto declarada em 24 de Setembro de 1973, dispondo nos seus artigos 6º e 7º o seguinte:

⁸ A reapropriação de algumas das bandeiras de luta da UDC a partir dos anos noventa do século passado por outras agremiações políticas e organizações da sociedade civil será apontada, ainda que de forma sintética e a título ilustrativo mais à frente. Ainda relativamente à UCID, é interessante a interpelação da historiadora Ângela Coutinho quando sustenta que existe um forte vazio relativamente a esta organização política. Cf. COUTINHO, Ângela S. B. O processo de descolonização de Cabo Verde. In: ROSAS, Fernando e Outros (Org.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. p. 125-140.

ARTIGO 6º

O Governo Português reafirma o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência e garante a efectivação desse direito de acordo com as resoluções pertinentes das Nações Unidas, tendo também em conta a vontade expressa da Organização da Unidade Africana.

ARTIGO 7º

O Governo Português e o PAIGC consideram que o acesso de Cabo Verde à independência, no quadro geral da descolonização dos territórios africanos sob dominação portuguesa, constitui factor necessário para uma paz duradoura e uma cooperação sincera entre a República Portuguesa e a República da Guiné-Bissau.

De forma tácita, o PAIGC era assim legitimado pelas autoridades portuguesas, durante as negociações para o reconhecimento formal da independência da Guiné-Bissau, como o interlocutor único para o caso de Cabo Verde. Com efeito, rapidamente as coisas se precipitam e é o PAIGC que se transforma também no interlocutor nas negociações para a independência de Cabo Verde e que viria a desembocar no Acordo de Lisboa de 19 de dezembro de 1974, rubricado, pela parte portuguesa, por António Almeida Santos, então Ministro da Coordenação Interterritorial e, pelo PAIGC, por Pedro Verona Rodrigues Pires.

Interessante sublinhar que o Acordo de Lisboa não dispôs que a transferência do poder se fizesse com o PAIGC. Antes, propunha a criação de um Governo de Transição que teria por função preparar as eleições para o futuro parlamento cabo-verdiano, com poderes constituintes, e a quem incumbiria a declaração da independência de Cabo Verde e a elaboração da Constituição do país.

Assim, entre outras competências consignadas ao Governo de Transição, o Acordo de Lisboa estipulava que lhe competia “conduzir as operações conducentes à eleição por sufrágio direto e universal, em 30 de junho de 1975, de uma assembleia representativa do Povo de Cabo Verde” que, nos termos do artigo 11.º, seria “dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura Constituição desse Estado”.

Estes princípios viriam a ser consignados na lei nº 13/74, de 17 de dezembro, que aprovou o Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde, estipulando o seguinte, no artigo 31 do Capítulo V:

1 – Ao Governo de Transição de Cabo Verde competirá executar, nas condições que vierem a ser definidas pelos órgãos de soberania

da República, as operações conducentes à eleição por sufrágio directo e universal, em 30 de Junho de 1975, de uma assembleia representativa do povo de Cabo Verde, dotada de poderes soberanos e constituintes, que terá por função declarar a independência do Estado de Cabo Verde e elaborar a futura constituição política desse Estado.

2 – O acto da declaração oficial da independência do Estado de Cabo Verde coincidirá com o da investidura dos representantes eleitos do povo de Cabo Verde e terá lugar na cidade da Praia, em 5 de Julho de 1975, com a presença ou a representação do Presidente da República Portuguesa para o efeito da assinatura do instrumento solene da transferência total e definitiva da soberania, devendo esse instrumento ser também assinado pelo Presidente da Assembleia Constituinte que entretanto tiver sido por esta designado.

Se é verdade que o quadro legal acordado para o processo de transição não inibia nem a existência nem a participação de outras forças políticas na disputa pelo poder do Estado independente, que viria a ser declarado em 5 de julho de 1975, não existiam “condições objetivas” para uma efetiva disputa em condições de igualdade. Neste sentido, a derrocada e a derrota da UPICV e da UDC, como já referido, estavam anunciadas, sendo a constituição do Governo de Transição o golpe de misericórdia. Com efeito, o Estatuto Orgânico dispunha que, para além do Alto-Comissário, o Governo seria constituído por sete Ministérios. No entanto, na sua implementação, viria a ficar constituído apenas por seis Ministros, sendo três portugueses e três cabo-verdianos. Dos cabo-verdianos, todos eles eram militantes do PAIGC.⁹

A preparação e a realização das eleições para o Parlamento, que teriam lugar a 30 de junho de 1975, constituem o culminar desse processo. Embora o decreto-lei nº 203-A/75, de 15 de abril, tivesse estipulado no seu artigo 48º que “candidaturas serão apresentadas, em cada círculo eleitoral, por grupos de 300 cidadãos eleitores recenseados pelo respectivo círculo”, o que possibilitaria que várias sensibilidades políticas pudessem submeter-se ao sufrágio universal, apenas as listas

⁹ A Orgânica do Governo de transição previa sete Ministérios (Ministério da Administração Interna; Ministério da Justiça; Ministério da Coordenação Económica; Ministério da Educação e Cultura; Ministério do Equipamento Social e do Ambiente; Ministério do Trabalho; Ministério dos Assuntos Sociais) sendo que, ao Alto-Comissário, incumbia dirigir diretamente os da Defesa e Comunicação Social, bem como a chefia das Forças Armadas. O Governo de Transição entraria em funções em Janeiro de 1975, com cinco ministros, sendo dois portugueses e três cabo-verdianos. Ver o Decreto nº 754/74, de 28 de dezembro que nomeia os membros do Governo de Transição. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974.

de candidaturas promovidas pelo PAIGC foram apresentadas, ficando os demais partidos aliados da disputa política (LIMA, s/d; 1992).

Assim, chegamos a 5 de Julho de 1975 com o PAIGC como o único partido com representação parlamentar. Mais uma vez, até este momento, nada impede, legalmente, a existência de um campo político plural. Isto viria a ser legalmente contrariado com a aprovação da LOPE (Lei sobre a Organização Política do Estado), um simulacro da Constituição da República que, no seu artigo 1º, consagrou que o PAIGC era a força política e dirigente da sociedade e do Estado, coarctando, em sede de uma lei com força constitucional, a possibilidade da consagração jurídica de uma realidade política plural: a heterogeneidade da sociedade cabo-verdiana e a pluralidade de projetos de sociedade. É a emergência do regime político assente no monopartidarismo, consagrando o que, retrospectivamente, se viria a denominar de “1ª República”.

Em todo o caso, em 5 Julho de 1975, com a proclamação da independência, marca o fim da situação colonial e assinala a emergência de um novo Estado, com dilemas antigos e desafios novos: fazer face às expectativas de uma efetiva melhoria das condições de vida dos cabo-verdianos e gerir as diferenças políticas e ideológicas cuja proibição legal não significaria o seu desaparecimento e/ou esfacelamento.

Os primeiros quinze anos da independência: a busca do desenvolvimento, as dissensões internas e a independência revisitada

Como sustenta o economista Tandika Mkandwire (2005, 2011), os nacionalistas africanos que lideraram os processos de independência nas décadas de sessenta e setenta do século passado tinham como ideário não apenas o fim da situação colonial, mas assegurar o desenvolvimento do continente, aumentando o rendimento, a literacia e melhorando as condições de vida. É de fato, sustenta o mesmo autor, o que terá ocorrido em todos os estados independentes, constituindo o que ele denominou da era da euforia, qual seja a primeira década das independências.

No tocante a Cabo Verde, a independência era, para muitos, vista como devendo significar não apenas o resgate da autonomia política e a possibilidade de uma efetiva emergência da cidadania impossibilitada pela situação colonial (BALANDIER, 2001), mas

também o garante de um corte com um passado cruel e ainda fortemente presente no imaginário dos cabo-verdianos. As fomes cíclicas e a mortandade a elas associadas, a experiência do trabalho forçado em S. Tomé e Príncipe, a emigração massiva lutando contra a miséria, a “carestia” e a morte constituem traços marcantes da história colonial de Cabo Verde dramaticamente narradas pela historiografia, pela música e pela literatura.

À altura da independência, mostram as estatísticas, o PIB per capita era de 190 US\$, a taxa de analfabetismo atingia mais de 60%, em 2015 a taxa de literacia é estimada em 87% (INEa, 2015; IMF, 2016). A esperança média de vida que era de 63 anos em 1975, atingiu, em 2015, 75 anos (INEb, 2015). A taxa de mortalidade infantil estimada, em 1975, à volta de 110 por mil, teve uma redução, em 2004, para 20 por mil (44‰ em 1990; 26‰ em 2000), tendo atingido 17,9 por mil em 2004. A taxa de mortalidade geral foi estimada em 6,17‰ em 2014 (INEb, 2015).

Em termos económicos, estima-se que o PIB per capita tenha atingido cerca de US \$3.450, com um crescimento económico significativo, em termos médios anuais para o período em análise, não obstante as importantes e estruturais vulnerabilidades económicas do país, o impacto da crise económica e financeira iniciada em 2008/2009, e sua forte dependência em relação às remessas dos emigrantes, do investimento privado estrangeiro e da ajuda pública ao desenvolvimento.

A performance conseguida por Cabo Verde, não obstante o país continuar a ser, em termos económicos, um dos mais vulneráveis do mundo, permitiu que deixasse, em 2007, de fazer parte do Grupo de Países Menos Desenvolvidos das Nações Unidas. Da mesma forma, dados do Governo de Cabo Verde e do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) apontam que o país conseguiu atingir quase todas as metas fixadas no âmbito dos Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, embora as disparidades em termos municipais sejam importantes (INEb, 2015).

Independentemente das críticas, não se tem observado nenhuma discussão e reflexão sobre a natureza do estado no pós-independência, assumindo-se o modelo consagrado pela tradição euro-occidental. A questão que durante muito tempo se coloca é menos da configuração jurídico-política do Estado e mais do seu monolitismo político-ideológico. O jargão político clássico utilizado até os anos 90 era o de que o Estado pertencia “aos melhores filhos da nossa terra”, legitimado

pelo PAIGC/CV¹⁰ enquanto “força, luz e guia” do Estado e da sociedade. Significa essencialmente que, não obstante os sucessos econômicos e sociais registrados na primeira década e meia da independência, a questão política e, particularmente, a disputa pelo poder do Estado, enquanto instituição e *locus* privilegiado de implementação de um determinado projeto de sociedade, se manteve permanentemente aberta vindo, de forma progressiva, a agudizar-se.

Apesar dos avanços conseguidos em vários domínios da governação, impactando de forma positiva e importante as condições de vida das populações cabo-verdianas, como o demonstram os indicadores econômicos e sociais já referenciados, o projeto político de “unidade nacional”, tal como discursivamente formulado pelos vitoriosos de 1975, não fez calar as diferenças, as divergências e a multiplicidade de visões de mundo e de projetos políticos e de sociedade presentes no dealbar da independência.

Primeiramente, as clivagens se dão ao nível interno do poder instituído e hegemônico: o PAIGC. Cerca de dois anos depois da independência (entre 1977-78), emergem conflitos internos que ficaram conhecidos como “*affair trotskismo*” (LOPES, 2002). Os acontecimentos e as narrativas sobre eles produzidos, ainda não analisados pela historiografia cabo-verdiana, apontam para uma “hipotética” tentativa de assalto ao poder, para uns, ou de golpe, para outros, por parte de um grupo de dirigentes do PAIGC que perfilhariam a visão política de Léon Trotsky. Estas lutas ideológicas e políticas intestinas retomam um processo que, no mínimo, remonta ao período compreendido entre Maio de 1974 e Julho de 1975 quando, aparentemente os “quadros” vindos de Portugal, disputavam entre si lugares privilegiados na estrutura do poder partidário e do Estado, buscando a benção dos combatentes vindos da Guiné-Bissau cuja legitimidade, inconteste e incontestada, resultava da participação na luta armada de libertação nacional¹¹. Os dirigentes

¹⁰O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, enquanto partido binacional, conhece o seu fim em 1980/81 na sequência do golpe de estado na Guiné-Bissau a 14 de Novembro de 1980. O golpe de estado, derrubando o presidente bissau-guineense Luís Cabral, viria a levar ao rompimento do projeto de unidade política entre os Estados da Guiné-Bissau e de Cabo Verde.

¹¹“Quadros” eram aqueles que se encontravam fazendo seus estudos universitários, particularmente em Portugal e que integraram a luta política clandestina. Assim, “quadros” remete para os que possuem uma formação universitária. Parece que, ainda em Portugal, e antes da Revolução dos Cravos, as clivagens entre trotskistas e não trotskistas já se colocavam. A este respeito, tem havido nos últimos anos uma disputa por imposição de leituras sobre estes embates e estes períodos históricos, faltando, contudo, uma análise exaustiva, reflexiva, crítica e objetiva desses acontecimentos e seus protagonistas. Alguns livros têm trabalhado essas questões numa perspectiva mais de recolha de depoimentos dos envolvidos (LOPES, 2002, 2003) ou de narrativas biográficas e testemunhais (QUERIDO, 1989, 2011; FAUSTINO, 1990).

tidos como trostkistas, alguns deles ministros do novel governo e outros altos dirigentes da administração pública cabo-verdiana viriam a ser expurgados das fileiras do PAIGC e do aparelho de Estado, não logrando, portanto, êxito. Em decorrência disso, alguns teriam sido coagidos a partir em exílio e outros, depois de um *mea culpa*, permaneceram nas estruturas do partido e do Estado, sem, contudo, perder o estigma de serem ou terem sido trotskistas.

Esse processo de “limpeza” teria permitido um apaziguamento político interno, não significando, todavia, uma dissipação das clivagens. Essas passaram a ganhar organicidade a partir de fora, nas comunidades emigradas. É nesse contexto que surge a UCID (União Cabo-Verdiana Independente e Democrática), que se propôs mobilizar as diásporas cabo-verdianas, particularmente na Europa, bem como denunciar o governo e o regime político cabo-verdiano junto à comunidade internacional. De igual modo, fora do quadro partidário, muitos cabo-verdianos na diáspora, seja os que foram expurgados em 1977/78, seja os que na altura da independência fixaram residência em Portugal, seja, ainda, os quadros e intelectuais cabo-verdianos estudando ou formados no exterior, particularmente nos países ocidentais, se mantinham críticos ao regime político cabo-verdiano, erodindo a imagem do governo no exterior. Convém aqui reter que alguns desses críticos cabo-verdianos no exterior tinham sido militantes ou simpatizantes da UDC.

De igual modo, a 14 de Novembro de 1980, na Guiné-Bissau um golpe militar liderado pelo então primeiro-ministro (Comissário Principal), Nino Vieira, derruba o Presidente da República, Luís Cabral. Os novos donos do poder designam o golpe de estado como sendo um “Movimento Reajustador”, pois visavam retomar os grandes objetivos da luta de libertação e os ideários de Amílcar Cabral (MONTEIRO, 2013). Contudo, a leitura feita, particularmente, pelos dirigentes cabo-verdianos do PAIGC era de que se tratava de uma ação direcionada contra os cabo-verdianos e que, por isso, traía os objetivos desse partido. Mais ainda, entendiam que os protagonistas da ação militar, enquanto dirigentes do PAIGC, seriam corresponsáveis pela situação política, além de que dispunham de espaços institucionais de discussão e de resolução dos diferendos. As trocas sucessivas de duras mensagens entre Aristides Pereira, Secretário Geral do PAIGC, e Nino Vieira, líder do golpe/movimento reajustador, acabaram por ditar o rompimento político. Assim, a estrutura cabo-verdiana do PAIGC viria a transformar-se em Partido Africano da Independência de Cabo Verde em Janeiro

de 1981. Estava assim consumado o fim do projeto de unidade política entre os dois Estados, ponto de discórdia com a UPICV.

O processo erosivo do regime político vigente mantém-se e aprofunda-se durante a década de 1980 e as discussões sobre o sistema econômico e político têm lugar no III Congresso do PAICV realizado em Novembro de 1988, altura em que, também, algumas clivagens relativas aos mecanismos de acesso aos órgãos de direção do partido, particularmente por parte dos jovens quadros e dos que não tinham participado na luta armada pela independência, aparecem de forma evidente.

Ao nível internacional, o final dos anos oitenta do século passado é marcado pelos acontecimentos políticos na antiga União Soviética, com a *perestroika* e a *glasnost*, a que se seguiram, a queda do muro de Berlim, a distensão política e o fim do bipolarismo nas relações internacionais. No continente africano, tem início, de forma lenta, mas progressiva, a abertura dos sistemas políticos monopartidários ao multipartidarismo, traduzindo-se numa forte e alargada distensão política e social.

Cabo Verde não foge a esta dinâmica. É assim que, em 1990, a mudança do sistema e regime políticos, permitindo a disputa político-partidária e de projetos políticos e de sociedade, tem lugar, possibilitando, rapidamente, uma aglutinação das oposições ao regime vigente, seja através da constituição do MPD (Movimento para a Democracia) seja pela reemergência da UPICV e da entrada em cena, no espaço das ilhas de Cabo Verde, da UCID, até então presente apenas nas comunidades diaspóricas.

O rápido processo de transição política de um regime monopartidário para um multipartidário demora apenas um ano, tendo desembocado na derrota do PAICV nas primeiras eleições legislativas multipartidárias realizadas no pós-independência e a subida ao poder do MPD (Movimento Para a Democracia), criado meses antes da realização das eleições parlamentares.

A chegada do MPD ao poder, nele ficando entre 1991 e 2001, e a (re)emergência no campo político cabo-verdiano de novos partidos políticos significam, de certa forma, a retomada de um processo interrompido em meados de 1975 com a saída da UPICV e UDC da cena política, bem como com o ostracismo político e o exílio dos “trotskistas”. Significa, na verdade, a “vingança” dos “trotskistas”, na justa medida em que são precisamente os que foram expurgados em 1977/78 que dinamizaram o MPD, passando a ser os novos donos poder.

Os fatos políticos dos primeiros anos dos anos noventa em Cabo Verde consubstanciam, na nossa leitura, no retomar de um processo adiado em 1975. É, por esta razão, que sustentamos que os elementos estruturantes da luta política, no curto e denso período que entre maio de 1974 e junho/julho de 1975, viriam a se reapresentar quinze anos mais tarde, em 1990. Gostaríamos, seguidamente, de apontar, de forma sintética e exploratória, alguns elementos que sustentam a nossa argumentação, a merecer, mais tarde, um olhar reflexivo mais aprofundado.

O novo sistema político permitiu que os atores e os projetos políticos e de sociedade em disputa no momento imediatamente anterior à independência voltassem à cena, ainda que, em alguns casos, com novas roupagens organizacionais e/ou conhecendo mutações, ora profundas ora menos substantivas.

Com efeito, os principais atores e projetos políticos corporificados pelo PAICG/CV estão presentes, bem como os do UPICV. De certa forma, algumas teses da UDC vão ser incorporadas pela UCID, pelo MPD e, mais tarde, pelo PTS (Partido do Trabalho e da Solidariedade).

Da mesma forma, os “trokistas”, que haviam sido derrotados na disputa política interna ao PAIGC nos finais dos anos setenta, reaparecem em 1990 enquanto atores políticos, criando o MPD e acabando, de fato, por serem os grandes ganhadores ao derrotar de forma estrondosa o PAICV, o vencedor por ocasião da independência, e seus dirigentes históricos, os vencedores em 1977/78, tanto nas eleições parlamentares, quanto nas presidenciais e municipais. Importa aqui, e especificamente no que se refere ao MPD, refletir sobre algumas diferenças e especificidades existentes entre esses momentos históricos em análise.

Se, em 1977/78, a clivagem interna no PAIGC era de natureza político-ideológica entre as correntes de “esquerda”, no novo contexto, ao menos discursivamente, as clivagens, transvestidas de diferenciações ideológicas e os embates passam a ser, a meu ver, essencialmente pragmáticas, de disputa pelo poder e de algum alinhamento estratégico a uma nova “ordem política e econômica” que se tornou hegemônica a nível internacional a partir da última década do século passado. Na verdade, as esquerdas do período da independência de Cabo Verde transmutaram para a banda larga do centro político e ideológico, oscilando o MPD para o centro-direita e o PAICV para a socialdemocracia. Rigorosamente, apenas a UPICV parece ter-se mantido fiel aos seus ideários originais.

Em termos da prática política, no entanto, o(s) discurso(s) político(s), neoliberal, nas políticas econômicas, e socialdemocrata, em termos de políticas sociais, passa(m) a constituir um dado de realidade para os dois partidos que dominam o campo político pós-1990. Este posicionamento político de banda larga, assumido tanto pelo MPD como pelo PAICV, tem constituído um dos grandes fatores explicativos da dificuldade de os partidos estritamente de direita se consolidarem em Cabo Verde, como é o caso da UCID, e de emergirem partidos de esquerda.

Se, em termos substantivos, deixaram de existir diferenças ideológicas significativas entre os contendores de ontem e de hoje, o que os separa, para além de resquícios de lutas políticas do passado? Isto é, se as razões estruturais de ontem (diferenças políticas e, num nível menos acentuado, ideológicas) deixaram de existir, o que explicaria as dissemelhanças de hoje que justificam não apenas as lutas políticas presentes como a forte bipolarização do campo político cabo-verdiano delas resultantes e que, de certa forma, atingem a própria sociedade cabo-verdiana?¹²

Como tentativa de resposta, gostaríamos de, reflexivamente, apontar algumas hipóteses que podem ser testadas como passíveis de explicação da bipolarização e das clivagens ainda presentes, mas transmutadas, na sociedade cabo-verdiana.

Uma nota prévia impõe-se. Com efeito, existe um pressuposto que baliza a nossa reflexão, tal como foi, aliás, apontado na introdução do presente texto. Não obstante o interregno vivenciado entre julho de 1975 e fevereiro de 1990, a sociedade cabo-verdiana se caracteriza, em termos sócio-políticos e ideológicos, por uma acentuada heterogeneidade e pela existência, ainda que por vezes de forma latente, de vários projetos de sociedade, uns organicamente estruturados e outros mais difusos. Parece-nos também ter existido uma tendência para que uma parte substancial desses projetos de sociedade e de visões de mundo se assente e se comporte (n)uma significativa dimensão ideológica, marcada por um contexto de polaridade que se constrói, de forma particular, a partir dos finais da Segunda Guerra Mundial, ainda que atenuada em alguns momentos pelo Movimento dos Não-Alinhados.

Sustentamos, ainda, para o caso cabo-verdiano, que esta componente ideológica que marcou a luta política na primeira década e meia da independência se encontra significativamente esbatida, ganhando dominância outros fatores de diferenciação social e política. De entre

¹²Na verdade, embora existam, neste momento, seis partidos políticos, apenas três têm vindo a ter assento parlamentar desde 1990 e, destes, apenas dois pertencem ao arco de governação, o PAICV e o MPD.

esses fatores, gostaríamos de apontar como sendo o mais significativo o cultural-identitário.

A este propósito, aliás, Gabriel Fernandes (2002) demonstra como a ambivalência identitária e as múltiplas idas e vindas no processo de produção e legitimação de uma narrativa de nação e da construção de uma comunidade imaginada atravessam a história política e cultural de Cabo Verde recente, ganhando contornos que beiram ao que foi sugerido como sendo uma “esquizofrenia identitária” (FURTADO, 2012).

Na verdade, o que tem acontecido nas últimas duas décadas e meia é a busca de uma ancoragem cultural-identitária que seja politicamente relevante e emocionalmente reconfortante (FANON, 2008; MEMMI, 2007). Se a discussão sobre a “especificidade” cultural-identitária cabo-verdiana, decorrente, de um lado, de sua condição arquipelágica e, de outro, de sua miscigenação e hibridização fenotípica e cultural, é normalmente mobilizada para negar a africanidade (diluição da África, nas palavras de Fernandes) de Cabo Verde, é também paradoxalmente, utilizada para reafirmar a condição euro-ocidental em termos culturais, por vezes com recurso ao argumento da sua localização na macaronésia, uma forma de legitimação geográfica, tornando Cabo Verde um “irmão” das Canárias, Madeira e Açores¹³.

Do outro lado, ainda que progressivamente mais tímida, a condição africana de Cabo Verde é asseverada, estribando-se na argumentação, via-de-regra, da proximidade física e geográfica do continente e na participação maioritária de populações dos Rios da Guiné no povoamento das ilhas. Acrescem ainda considerações em termos de estratégias de política internacional para as quais a inserção em blocos políticos e econômicos regionais se afigura como fundamental na política externa do país e fator importante na facilitação do acesso a recursos externos para o financiamento do desenvolvimento¹⁴.

¹³No âmbito de uma série de reportagens sobre os 40 anos das independências dos PALOP – Racismo em Português –, o jornal português *O PÚBLICO*, num trabalho jornalístico de Joana Gorjão Henriques, em colaboração com Frederico Batista e Diogo Bento, na sua edição de 03/01/2016 publicou uma reportagem específica sobre Cabo Verde com o sugestivo título “Ser Africano em Cabo Verde é um Tabu”, na qual a questão que estamos refletindo aparece de forma evidente, precisamente nas dissonâncias presentes nas narrativas dos diversos entrevistados. Para uma leitura completa da reportagem, ver: <<http://www.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673>>.

¹⁴Essa ambivalência político-discursiva ficou bem patente durante o processo negocial visando o estabelecimento da Parceria Especial de Cabo Verde com a União Europeia. Na verdade, um longo debate, veiculado pela imprensa cabo-verdiana e portuguesa, buscou na especificidade cabo-verdiana e na sua “matriz cultural essencialmente ocidental” a justificativa para, num primeiro momento, pleitear uma possível integração na União Europeia e, num segundo, quando ficaram goradas as possibilidades da integração, estabelecer a parceria especial.

Associado a esta questão cultural-identitária se encontra, ainda que não de forma explicitada, o debate muito presente nos últimos anos em Cabo Verde sobre o regionalismo. Na verdade, sob o pretexto de que a independência de Cabo Verde fez aumentar as clivagens regionais por via de políticas econômicas indutoras de um desenvolvimento regional desigual, encontra-se na agenda pública a discussão sobre a regionalização, significando, se se analisar os não ditos presentes nos discursos de uma parte relevante de seus defensores, a retomada do *status quo* do antes da independência no que à ilha de S. Vicente, ou mais precisamente da cidade de Mindelo, sua capital, diz respeito¹⁵. Com efeito, as narrativas pró-regionalismo, amiúde, se centram na história específica da ilha de S. Vicente, sua “tradição cultural” e “industrialização” e sua abertura pioneira ao mundo, vale acrescentar, euro-ocidental, considerando-se a independência como um retrocesso e, mais do que isso, uma subalternização. Esta última, me parece, constitui o cerne da argumentação: A regionalização é uma necessidade porque S. Vicente terá perdido, com a independência, a sua centralidade política e econômica. Ou, se se quiser, suas elites, de forma progressiva, perderam, ou pensam ter perdido, a hegemonia nos campos político e econômico¹⁶. Neste contexto, uma vez mais, se cotejarmos os diversos textos e falas dos defensores da regionalização, o *locus* argumentativo não apenas se encontra, fundamentalmente, em S. Vicente quanto ele é o destinatário desses mesmos discursos e falas.

Aliás, o Movimento para a Regionalização e a Autonomia de S. Vicente no Manifesto de seu lançamento afirma que

¹⁵ A questão que me interessa refletir não é o fracasso da política de desenvolvimento tripolar (Praia, Sal e Mindelo), num primeiro momento, ou de um desenvolvimento assente no Investimento Direto Estrangeiro, alocado preferencialmente no setor do turismo e da imobiliária turística, com concentração maior no Sal e Boavista e, sim, os argumentos aduzidos para justificar a necessidade da regionalização. Não estão ainda devidamente claros o tipo e a dimensão de regionalização que se pretende: uma regionalização política que significa repensar a figura do Estado Unitário? Uma regionalização econômica, transformando as regiões em unidades geopolíticas de planejamento de políticas públicas? Ou uma regionalização menos estruturante que se aproximaria de uma efetiva descentralização de competências e recursos do governo central para os governos regionais e locais? Parece-me haver a necessidade de uma reflexão mais séria e profunda sobre as inversões financeiras feitas desde a independência nas diversas ilhas e municípios do país (sua distribuição per capita), e a eficácia econômica e social (análise do impacto e *cost-effectiveness*) de tais investimentos. Estou em crer que um tal estudo poderia ser esclarecedor e, eventualmente, mostrar as reais e efetivas discrepâncias que tiveram lugar na distribuição dos investimentos públicos e para-públicos nas últimas quatro décadas.

¹⁶ Sugiro a leitura da interessante tese de doutoramento de Crisanto Avelino Barros, intitulada *As elites politico-administrativas cabo-verdianas: 1975-2008*. Praia/Louvain-la-Neuve, Uni-CV/UCL, 2012.

S. Vicente foi, no passado, o centro económico, político, cultural e intelectual de Cabo Verde. Foi nesta ilha que se implantaram, no século XIX, com o arranque da Segunda Revolução Industrial, as primeiras unidades industriais e comerciais do arquipélago, que dinamizaram toda a vida económica da então colónia. S. Vicente passaria então a ser o coração do Arquipélago. Graças à abertura ao exterior proporcionada pelo seu importante porto de mar, Mindelo tornou-se um centro cosmopolita, fervilhando de actividades culturais, artísticas e recreativas, que projectaram a ilha no mundo. Abrigou as melhores escolas e o primeiro liceu da colónia, tendo sido o berço da quase totalidade da passada e actual “intelligentsia” cabo-verdiana, assim como da maior parte da actual classe dirigente do país (Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=31980&idSeccao=523&Action=noticia>>. Acessado em: 1 mar. 2013).

Esta constatação do desenvolvimento verificado no passado colonial é contraposto com o que teria ocorrido no pós-independência

Por estranho paradoxo, o início da decadência de S. Vicente coincide com a inauguração de Cabo Verde como país independente, quando as legítimas expectativas apontariam para o inverso, em consonância com os valores de liberdade e ânsia de progresso que foram sempre consagrados pela sua população (Disponível em: <<http://liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=64&id=31980&idSeccao=523&Action=noticia>>. Acessado em: 1 mar. 2013).

Neste raciocínio, as demais ilhas, excluindo a de Santiago, aparecem, de forma subsidiária, como atores coadjuvantes nas narrativas argumentativas. Retoma-se, no essencial, a clivagem S. Vicente *versus* Santiago. A “República de Santiago” torna-se sinônima da concentração económica e política (não cultural, obviamente, pois Mindelo é tida, desde sempre, e reatualizada discursivamente, como a “capital cultural” do arquipélago). No que diz respeito à ilha de Santiago, os discursos sobre a concentração do poder político e económico tendem a fazer com que os demais municípios do interior dessa ilha acabem sendo subsumidos no jargão “República de Santiago” negando aos seus habitantes e suas elites qualquer legitimidade e possibilidade de, também, contestar uma eventual concentração de investimentos na capital do país. Afinal, é a “República de Santiago” e não a “República da Praia”.¹⁷

¹⁷Para uma análise mais específica desta questão cf. FURTADO, Cláudio Alves. Social Movements in Cabo Verde: processes, trends and vicissitudes. In: SYLLA, Ndongo Samba (Editor). *Liberalism and its Discontents: Social Movements in West Africa*. Dakar: Rosa Luxemburg Foundation, 2014. p. 419-461.

A ambivalência discursiva atinge o âmago da independência. Com efeito, se os nacionalistas cabo-verdianos pugnavam pelo fim da situação colonial com o objetivo de dar dignidade aos cabo-verdianos, tornando-os sujeitos de sua história, e de proporcionar um desenvolvimento econômico e social que fizesse, não apenas esquecer as fomes e as mortandades, mas assegurar padrões de vida dignos às novas e futuras gerações de cabo-verdianos, as justificativas arroladas, tanto para explicar o contexto a que se chegou no pós-independência quanto para legitimar a aspiração à autonomia, questionam se a independência terá valido a pena. E a resposta não explicitada é que, ao menos para S. Vicente, não.

Esta inferência também encontra eco nos debates, anteriormente referenciados, sobre a parceria especial de Cabo Verde com a União Europeia, ou mesmo antes. Já em meados dos anos 90 do século passado, num debate parlamentar, um dos deputados terá sugerido a divisão do arquipélago entre as ilhas do norte, cultural e fenotipicamente mais ocidentais e ocidentalizadas, e as do sul, mais africanas¹⁸. Já, em outro momento, registou-se uma grande celeuma em torno da independência, isto é, se ela teria sido a melhor opção. Neste debate, chegou-se a atribuir a Aristides Pereira, um dos principais nacionalistas cabo-verdianos e primeiro presidente da República de Cabo Verde, a afirmação de que talvez a melhor solução para o arquipélago devesse ter sido a mesma das regiões autônomas dos Açores e da Madeira.¹⁹ Mais tarde, a possibilidade de integração na União Europeia é retomada, sublinhando a proximidade cultural com a Europa, a sua pertença às ilhas da Macaronésia, ou, ainda, retomando os hipotéticos argumentos atribuídos a Aristides Pereira²⁰.

Fica evidente que as elites cabo-verdianas se encontram numa fase de questionamento, de revisitar a independência de Cabo Verde. Este revisitar da independência apresenta múltiplas facetas, denotando visões diferenciadas e balanços, por vezes, díspares das quatro décadas da independência.

¹⁸Cf. Fernandes, Gabriel A. M. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*. Florianópolis: EDUFSC, 2002

¹⁹Na verdade, em meados dos anos 90, Aristides Pereira teria afirmado numa entrevista ao jornal português *Expresso* que, antes da independência, se teria pensado em Cabo Verde como uma região autônoma nos moldes dos arquipélagos dos Açores e da Madeira. A leitura feita por muitos é de que ele teria, de certa forma, sugerido a “autonomia”, retrospectivamente analisada, como a mais adequada para Cabo Verde. Embora tivesse desmentido tal assertiva, a polêmica se manteve.

²⁰Veja a esse respeito, a dissertação de mestrado de MARTINS, Amaralis Barbosa. *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009

Impõe-se, assim, nesta linha de reflexão, tentar perceber como a historiografia e as humanidades têm pensado a história recente de Cabo Verde e como, eventualmente, essa reflexão, num debate pela imposição da memória histórica legítima, traduz e, eventualmente, refrata as narrativas do quotidiano, particularmente as dos atores políticos e públicos.

Entre a história e o pensar a história: a busca pela fixação de acontecimentos históricos

(...) I would like to suggest that the project and process of reclaiming and rewriting African history needs to proceed, as they did with the nationalist generation, not only through critiques of prevailing silences in western Africanist historiographies, but also vigorous reconstructions of African histories that have temporal depth and spatial breadth by African historians.²¹ (ZELEZA, 2005, p. 1).

Como sustenta o historiador malawiano, Paul Zeleza (2005, p.4), *“Historiography is of course not history; it is a study of how history has been studied and produced”*²². Nestas curtas e intensas quatro décadas de independência, com particular realce para as últimas duas, têm-se procurado, numa incessante batalha, estabelecer nexos temporais e explicativos visando fixar o sentido da História cabo-verdiana. É a batalha pela imposição de uma memória histórica, menos entre historiadores, é verdade, e mais entre os principais atores políticos e sociais.

Na verdade, a historiografia cabo-verdiana tem-se debruçado pouco sobre a história pós-independência²³. As cautelas metodológicas, que sempre caracterizaram o fazer historiográfico, a não sedimentação

²¹ “Eu gostaria de sugerir que o projeto e o processo de recuperação e reescrita da História Africana precisam prosseguir, como fizeram as gerações nacionalistas, não só através de críticas aos silêncios prevalentes nas historiografias africanistas ocidentais, mas também de vigorosas reconstruções das histórias africanas que mereçam uma profundidade e uma amplitude espacial por parte dos historiadores africanos”. Tradução livre do autor.

²² “Historiografia certamente não é história; é o estudo de como a história tem sido estudada e produzida”. Tradução livre do autor.

²³ Para uma análise mais profunda e sistemática da produção em ciências sociais e humanas em e sobre Cabo Verde no período da pós-independência, vide FURTADO, Cláudio Alves. A pertinência teórica e a relevância social do conhecimento em Ciências Sociais em Cabo Verde: Desafios para uma agenda autónoma e endógena de investigação. In: FURTADO, Cláudio e Outros (org.) *As Ciências Sociais em Cabo Verde: Temáticas, Abordagens e Perspectivas Teóricas*. Praia: Edições Uni-CV, 2015. 29-62

e publicização de importantes fontes documentais e a presença dos principais atores da vida política, econômica e social do país, inibem os historiadores a uma incursão mais sistemática sobre os fatos mais marcantes das últimas décadas.

As tentativas mais significativas de tentar inscrever na memória coletiva um sentido para a história recente de Cabo Verde têm sido protagonizadas por alguns pesquisadores e pelos próprios atores políticos. Neste processo, biografias, autobiografias, romances históricos e depoimentos têm surgido de forma crescente, bem como, em alguns casos, as contestações.

No domínio dos relatos, com um certo pendor (auto)biográfico, poderemos citar o livro de Pedro Martins “Testemunhos de um combatente” (1995) no qual narra a sua experiência no Campo de Concentração do Tarrafal e as atividades políticas que, imediatamente, se seguiram à Revolução dos Cravos. A recepção da obra parece ter sido pacífica, não tendo merecido contraposições narrativas.

Em contrapartida, o livro de Jorge Querido *Cabo Verde, Subsídios para história da nossa luta de libertação* (1989) no qual o autor reflete sobre a luta pela independência de Cabo Verde protagonizada pelo PAIGC, do qual era militante e um dos responsáveis em Portugal e em Cabo Verde, e as vicissitudes e lutas políticas e ideológicas internas, nomeadamente a questão dos trotskistas, mereceu de imediato uma contestação de um dos atores analisados. Com efeito, Manuel Faustino publica, um ano após o aparecimento da obra *Cabo Verde, Subsídios para a história de nossa luta de libertação*, o livro *Jorge Querido: subsídios sob suspeita* (1990) onde busca desmontar os argumentos avançados, particularmente aqueles que atribuem a este autor responsabilidades ou a liderança do grupo trotskista.

Nessa mesma senda de obras biográficas, podemos, ainda, apontar o livro de Aristides Pereira *Uma luta, um partido, dois países* (2003), no qual este fundador do PAIGC e primeiro presidente da República de Cabo Verde narra a sua trajetória, a do seu partido e da luta de libertação até a independência. Um segundo livro, sobre este mesmo político, foi escrito por José Vicente Lopes, intitulando-se *Aristides Pereira. Minha vida, minha história* (2012) e recobre o período pós-independência.

No domínio de recolha e análise de relatos e depoimentos, deve assinalar-se a obra de José Vicente Lopes *Os Bastidores da Independência* (2002), na qual o autor busca reconstruir o processo que conduz à independência de Cabo Verde e os mais importantes embates políticos e ideológicos travados, recorrendo, essencialmente,

a depoimentos dos principais intervenientes. Este livro de imediato suscitou reações, sendo a mais significativa a de Caldeira Marques, jurista cabo-verdiano residente em Lisboa. A resposta, violenta, veio sob a forma de uma publicação intitulada *Os Bazófos da independência (com uma carta inédita de Baltazar Lopes da Silva)*, editada em 1999, ou seja, dois anos após a publicação da obra de José Vicente Lopes. Uma réplica deste último viria a ocorrer com uma nova publicação *Os desatinos de Caldeira Marques: resposta a um bazófo arrependido* que foi dada a estampa em 2000, um ano após o aparecimento dos *Bazófos da independência*.

No domínio ensaístico, podemos ainda sublinhar os trabalhos que aparecem em meados dos anos noventa do século passado, imediatamente após a abertura política e o estabelecimento do multipartidarismo. São obras que buscam, essencialmente, resgatar a história política do Cabo Verde pós-independente, dando visibilidade a fatos e acontecimentos fraturantes. O trabalho de Onésimo Silveira *A tortura em nome do partido único: o PAICV e a sua polícia política* (1992) e o de Humberto Cardoso *O Partido Único em Cabo Verde: um assalto à esperança* (1993) são disso exemplos elucidativos.

No domínio da literatura, o romance-histórico mais marcante foi, sem dúvida, “*O dia das calças roladas*” de Germano Almeida (1992) que, a partir da análise dos processos judiciais e das declarações prestadas por presos que foram implicados nas manifestações ocorridas nos dias 30 e 31 de Agosto de 1981 em algumas localidades do município de Ribeira Grande, ilha de Santo Antão, reconstrói ficcionalmente os fatos imputando responsabilidades ao regime vigente pela repressão e morte de um dos manifestantes. A contestação popular nos vales de Ribeira Grande teve como *leitmotiv* a lei de bases da Reforma Agrária, colocada em discussão pública antes de sua aprovação pelo Parlamento Cabo-verdiano. Da manifestação e do confronto com as forças policiais resultaram uma morte, feridos e presos que viriam a ser submetidos a julgamento no Tribunal da Comarca de S. Vicente.²⁴

²⁴ É interessante observar que os casos da ensaística e do romance histórico referido no presente texto, resultam da lavra de importantes personalidades políticas na história pregressa e presente de Cabo Verde, importantes opositores ao PAICV, partido que ficou 15 anos no poder durante a I República. Tanto Germano Almeida quanto Humberto Cardoso foram fundadores do MPD, partido que viria a ganhar as primeiras eleições multipartidárias nos anos 90, tendo sido, ambos, deputados ao Parlamento Cabo-verdiano. Onésimo Silveira foi um duro crítico do PAICV, tendo sido fundador o PTS (Partido do Trabalho e Solidariedade) e Presidente da Câmara Municipal de S. Vicente. No entanto, viria a aproximar-se do PAICV, seu grande algoz no passado, chegando a ser Embaixador de Cabo Verde em Portugal nos anos 2000 e, mais tarde, Conselheiro do Primeiro-Ministro Jose Maria Neves, também presidente do PAICV.

O que interessa aqui reter do ponto de vista reflexivo é que se assiste, a partir de meados dos anos noventa do século passado, perdurando até hoje, a uma tentativa de, via ensaios, textos biográficos e autobiográficos, romances históricos e textos testemunhais, uma fixação do que deve ser relevante para a história de Cabo Verde contemporâneo, com um viés marcadamente de história política.

Assiste-se, igualmente, como já referenciado, a um interessante duelo pela imposição legítima e hegemônica da versão dos fatos considerados como historicamente relevantes. De certa forma, está-se perante uma batalha pela construção e fixação das memórias das disputas políticas, consideradas como acontecimentos históricos dignos de serem registados, fixados e legados às gerações vindouras. Constituem, ainda, formas de fixar fontes documentais importantes para induzir interpretações historiográficas sobre Cabo Verde pós-independência.

Concluindo... as encruzilhadas que se mantêm

A leitura sobre os ganhos da independência e o percurso feito durante estas quatro décadas demonstra existir na sociedade cabo-verdiana e, de forma particular, entre suas elites uma pluralidade de visões. Com efeito, mesmo em relação aos indicadores econômicos e sociais, as interpretações são díspares, mormente quando se analisa o seu impacto real ao nível do tecido social nacional. Normalmente, elas oscilam entre os que ostentam, não apenas as estatísticas como também os elogios das organizações internacionais, reportando-se aos relatórios que constroem rankings internacionais, nomeadamente o Relatório do Desenvolvimento Humano, os Relatórios da *Transparency International* e da *Freedom House*, e os que apontam alguns indicadores como a elevada taxa de desemprego, particularmente, entre os jovens, a incidência da pobreza e as fortes e acentuadas assimetrias e clivagens regionais, para fundamentar suas narrativas.

Da mesma forma, são múltiplas as visões sobre as estratégias de desenvolvimento que o país deve seguir, nomeadamente em termos de sua inserção econômica e política internacional. Também aqui as clivagens são evidentes e, neste caso, fazem emergir visões também contrastantes, com nuances em diversos momentos da história recente. A integração africana e o reforço da parceria econômica e política com o continente africano aparecem quase sempre como os polos da discórdia, não acontecendo o mesmo com os alinhamentos com os

países da Europa e das Américas e, também, com os países asiáticos, nomeadamente a China e o Japão (CABRAL, FURTADO, 2010).

Se, de forma objetiva, com os limites que a objetividade comporta, os argumentos explicitados se reportam ao reduzido, ou quase nulo, volume e intensidade de cooperação econômica de Cabo Verde com os países africanos, mesmo os da CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), sublinha-se, em contrapartida, a quase total concentração dos fluxos econômicos, financeiros e comerciais, incluindo o investimento direto estrangeiro e as remessas dos emigrantes cabo-verdianos, com a União Europeia e os Estados Unidos da América. Estes argumentos, aparentemente objetivos, serviram para sustentar não apenas a necessidade de reforçar a integração regional, mas a imperiosidade de prosseguir o reforço da cooperação com os países euroocidentais. Contudo, o não explicitado reporta-se, como demonstrado neste texto, às diversas visões cultural-identitárias sobre o continente negro e sua aproximação ou distanciamento com a identidade do arquipélago.

Neste caso, e também como já referido, a transmutação dos conflitos político-ideológicos, presentes na primeira década e meia da independência, para os de cariz cultural-identitário, sempre existentes na história do(s) nacionalismo(s) cabo-verdiano(s), que se exacerbaram depois dos anos noventa do século passado, tem um potencial muito mais fraturante, na justa medida em que tende a rememorar a vivência da situação colonial, diferenciando os cabo-verdianos não pelas diversas e opostas visões de mundo e projetos de sociedade, mas, sobretudo, por uma hipotética superioridade cultural de uns e inferioridade de outros, resultante de uma maior proximidade ao mundo euro-ocidental, para uns, e ao continente africano, para outros. Estes dilemas cultural-identitários, vincadamente políticos, constituem os desafios que se colocam presentemente e ao futuro de Cabo Verde.

Referências

- ALMEIDA, Germano. *O dia das calças roladas*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde. In: *Estudos Afro-Asiáticos*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, 2003. p. 580-606.
- _____. *Intelectuais, literatura e poder em Cabo Verde*. Praia: INIPC/EUFRGS, 2002.
- _____. Representações sobre a Nação Cabo-verdiana: Definição mestiça da identidade nacional como ideologia de clientelismo em contexto de dominação racial. In: *Fragmentos - Revista de Letras, Artes e Cultura*, Praia, n. 11/15, 1997.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALANDIER, Georges. La situation coloniale. Approche théorique. In: *EXTRAITS, Cahiers internationaux de sociologie*, Paris: PUF, v. 110, p. 9-29., jan.-jun. 2001.

BARROS, Crisanto Avelino. *As elites político-administrativas cabo-verdianas: 1975-2008*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas e Sociais) – Uni-CV/UCL, Praia/Louvain-la-Neuve, 2012.

CABRAL, Iva; FURTADO, Cláudio. *Les Etats-Nations face à l'intégration régionale en Afrique de l'Ouest. Le cas du Cap Vert*. Paris: Éditions Karthala, 2010.

CARDOSO, Humberto. *O Partido único em Cabo Verde: um assalto à esperança*. Praia: Imprensa Nacional de Cabo Verde, 1993.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Acordo entre o Governo Português e o Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon05>>. Acesso em 01 dez 2015.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. *Estatuto Orgânico do Estado de Cabo Verde*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1974. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=descon16>>. Acesso em: 01 dez. 2015.

COSTA, Daniel H. O Papel do Chefe de Estado no Semipresidencialismo Caboverdiano. In: LOBO, Marina Costa; AMORIM NETO, Octavio (Org.). *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009. p. 105-137.

_____. Sistema Eleitoral e Sistema Partidário Cabo-verdianos (1991-2001), Com um olhar sobre o Mundo. In: *Revista Direito & Cidadania*, n. 16/17, 2003. p. 253-300.

_____. *O Semipresidencialismo em Cabo Verde-1991/2000*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro, 2001.

COUTINHO, Ângela S. B. O processo de descolonização de Cabo Verde. In: ROSAS, Fernando et al. (Org.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015. p.125-140.

DECRETO Nº 754/74, de 28 de dezembro que nomeia os membros do Governo de Transição. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1974.

DEPELCHIN, Jacques. *Silences in African History*. Between the Syndromes of Discovery and Abolition. Dar Es Salaam: Mkuki na Nyota Publishers, 2005.

EVORA, Roselma. *Poder Legislativo no Regime Democrático em Cabo Verde*. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Nacional de Brasília (UNB), Brasília, 2009.

_____. *Sistema de Governo e Democracia em Cabo Verde*. Roma: L'Harmattan Itália, 2013.

_____. *Cabo Verde: a abertura política e a transição para Democracia*. Praia: Spleen Edições, 2004.

FAUSTINO, Manuel. *Jorge Querido: subsídios sob suspeita*. Mindelo: Ilhéu Editora, 1990.

- FANON, Franz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERNANDES, Gabriel. *Em busca da Nação*. Notas para uma interpretação do Cabo Verde crioulo. Florianópolis/Praia: EUFSC/IBNL, 2006.
- _____. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*. Florianópolis: EDUFSC, 2002.
- FREEDOM HOUSE. *Freedom in the world 2015*. Washington, 2015. Disponível em: <www.freedomhouse.org/freedom-world/freedom-world-2015>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- FURTADO, Cláudio Alves. A pertinência teórica e a relevância social do conhecimento em Ciências Sociais em Cabo Verde: desafios para uma agenda autónoma e endógena de investigação. In: FURTADO, Cláudio et al. (Org.). *As Ciências Sociais em Cabo Verde: Temáticas, Abordagens e Perspectivas Teóricas*. Praia: Edições Uni-CV, 2015. p. 29-62.
- _____. Social Movements in Cabo Verde: processes, trends and vicissitudes. In: SYLLA, Ndongo Samba (Ed.). *Liberalism and its Discontents: Social Movements in West Africa*. Dakar: Rosa Luxemburg Foundation, 2014. p. 419-461.
- _____. Raça, Classe e Etnia nos estudos em e sobre Cabo Verde: as marcas do silêncio. In: *Afro-Asia*. Salvador, n. 45, p. 143-171, 2012.
- _____. *Gênese e reprodução da classe dirigente em Cabo Verde*. Praia: ICLD, 1998.
- HENRIQUES, Joana Gorção. Ser africano em Cabo Verde é um tabu. In: *Público*, 03 jan. 2016. Disponível em <www.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673>. Acesso em: 03 jan. 2016.
- IMF. Country page: Cabo Verde. Disponível em: <www.imf.org/external/country/cpv>. Acesso em: 13 de jan. 2016.
- INE. *Inquérito Multi-objetivo*. Estatísticas do Emprego e Do Mercado de Trabalho-2014. Praia, 2015a.
- _____. *Objectivos de desenvolvimento do milénio*. Indicadores de Cabo Verde. Praia, 2015b.
- LIMA, Aristides Raimundo. *Reforma Política em Cabo Verde*. Do pluralismo à Modernidade do Estado. Praia: Edição do autor, s/d.
- _____. *Reforma Política em Cabo Verde, do Paternalismo à Modernização*. Praia: Grafedito, 1992.
- LOPES, José Vicente. *Aristides Pereira: Minha Vida, Nossa História*. Praia: Spleen Edições, 2012.
- _____. *Cabo Verde*. As causas da independência. Praia: Spleen Edições, 2003.
- _____. *Os bastidores da Independência*. Praia: Spleen Edições, 2002.
- _____. *Os desatinos de Caldeira Marques: resposta a um bazófio arrependido*. Praia: Spleen, 2000.
- MARQUES, António Caldeira. *Os bazófios da independência* (com uma carta inédita de Baltazar Lopes da Silva). Lisboa: Edição do Autor, 1999.
- MARTINS, Amaralis Barbosa. *Relações entre Portugal e Cabo Verde antes e depois da independência*. Dissertação (Mestrado em Espaço Lusófono: Lusofonia e Relações Internacionais) – Universidade Lusófona, Lisboa, 2009.

MARTINS, PEDRO. *Testemunho de um combatente*. Praia/Mindelo: Instituto Camões/Centro Cultural Português: 1995.

MAXWELL, Kenneth. As colónias portuguesas e a sua descolonização. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 15/16/17, p. 529-547, mar. 1985.

MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado precedido do retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007.

MKANDAWIRE, Tandika. Running While Others Walk: Knowledge and the Challenge of Africa's Development. In: *Africa Development*, Dakar, v. XXXVI, n. 2, p. 1-36, 2011.

_____. (Org.). *African Intellectuals. Rethinking Politics, Language, Gender and Development*. Dakar: CODESRIA, 2005.

MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. *Guiné – Bissau: Da luta armada à construção do estado nacional: Conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, 2013

MUDIMBE, V. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge*. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1988.

_____. *The Idea of Africa*. Bloomington, Indianapolis: Indiana University Press & James Currey, 1994.

OLIVEIRA SALAZAR, Antônio de. *Discurso proferido na posse da Comissão Executiva da União Nacional, em 18 de Fevereiro de 1965*. Disponível em: <<http://www.arqnet.pt/portugal/discursos/fevereiro10.html>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

PEREIRA, Aristides Maria. *Uma luta, um partido, dois países*. Lisboa: Notícias editorial, 2003.

PNUD. *Cabo Verde – Relatório Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento 2015*. Praia, 2015.

_____. *Relatório de Desenvolvimento Humano (1992 a 2014)*. Nova York, 2014.

QUERIDO, Jorge. *Um demorado olhar sobre Cabo Verde*. O país, sua génese, seu percurso, suas certezas e ambiguidades. Lisboa: Chiado Editora, 2011.

_____. *Cabo Verde, subsídios para história da nossa luta de libertação*. Lisboa: Veja, 1989.

REZOLA, Maria Inácia. *25 de abril – mitos de uma revolução*. Lisboa: A esfera de Livros, 2007.

ROSAS, Fernando et al. (Org.). *O Adeus ao Império – 40 Anos de descolonização Portuguesa*. Lisboa: Nova Vega, 2015.

ROSAS, Fernando. *Lisboa Revolucionária. 1908-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2010.

SANCHES, Edalina. *Sistema de Partidos cabo-verdiano no período democrático: 1991-2006*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – ICS/UL, Lisboa, 2008.

SILVEIRA, Onésimo. *A tortura em nome do partido único. O PAICV e a sua policia política*. Mindelo: Terra Nova e Ponto&Virgula, 1992.

TRANSPARNCY INTERNATIONAL. Country Profile. Disponível em: <www.transparency.org>. Acesso em: 12 de novembro de 2015.

VIEIRA, Joaquim, MONICO, Reto. *Nas Bocas do Mundo - O 25 de Abril e o PREC na Imprensa Internacional*. Lisboa: Editora Tinta da China, 2014.

WEIßMANN, Thomas. Percepções da revolução dos cravos na imprensa alemã: os exemplos de *die zeit* (RFA) e *neuesdeutschland* (RDA). Do 25 de abril de 1974 até à demissão de Spínola. In: *Diacrítica* [online]. Braga, v. 28, n. 2, p. 61-77, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0807-89672014000200006>. Acesso em 27 dez. 2015.

ZELEZA, Paul Tiyambe. *Banishing the Silences*. Dakar: s.e., 2005.

Recebido: 16 de dezembro de 2015

Aprovado: 18 de março de 2016

Autor/Author:

CLÁUDIO ALVES FURTADO <cfurtado.univ@gmail.com>

- Professor de História da África, do Programa de Pós-Graduação em História, e do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Organizou recentemente as coletâneas *Diálogos em Trânsito: Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas* (Editora da UFBA, 2015), e, juntamente de Lívio Sansone, *Dicionário crítico de Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa* (Editora da UFBA, 2014).
- Professor of History of Africa in the Graduate Program in History and in the Multidisciplinary Program in Ethnic and African Studies at the Federal University of Bahia (UFBA). PhD in Sociology from the Universidade de São Paulo (USP). Recent organized publications: *Diálogos em Trânsito: Brasil, Cabo Verde e Guiné-Bissau em narrativas cruzadas* (Editora da UFBA, 2015), and, together with Lívio Sansone, *Dicionário crítico de Ciências Sociais dos Países de Fala Oficial Portuguesa* (Editora da UFBA, 2014).